

# Plano ajuda a negociação

Para Bresser, mostrará racionalidade aos credores

O novo plano econômico que está sendo elaborado pelo Governo neste momento vai facilitar o diálogo com os credores e, como as antigas cartas de intenções dirigidas ao Fundo Monetário Internacional, conterá metas mensais e trimestrais sobre todos os indicadores básicos da economia tais como inflação, preços, juros, salários, emissão de moeda, expansão dos meios de pagamento e crédito-interno líquido. "O plano, disse o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, servirá para mostrar aos credores que o País dispõe de uma política econômica racional.

Os objetivos do Governo, de buscar um crescimento entre 3 e 3,5 por cento do Produto Interno Bruto são, segundo Bresser Pereira, compatíveis com a previsão de um superávit co-

mercial (de 8 bilhões de dólares), redução do déficit do setor público e controle da quantidade de moeda. Toda essa compatibilização, acrescentou, estará assentada em metas prefixadas.

O Governo vai ajustar a economia sem recorrer à recessão econômica, disse Bresser Pereira, e os demais objetivos estarão subordinados a esta intenção básica e fundamental. O presidente José Sarney, segundo o ministro da Fazenda, está inteirado de todas as discussões e espera que o plano econômico em gestação coloque ordem na economia. Isso, frisou, é importante para permitir a negociação com os credores a fim de mostrar a eles que existe no País uma economia responsável.

Bresser Pereira destacou que já está mantendo contato com os credores, com o FMI e com o Banco Mundial. A negociação, disse, não foi interrompida e adiantou que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa iniciado no dia 20 de fevereiro será mantido até que o Governo e os credores acertem novo acordo que implique em concessão de novos recursos externos ao Brasil ou a capitalização dos juros.

Para o ministro da Fazenda, o limite máximo para o País continuar mantendo o pagamento dos juros será o de que não haja recessão. O presidente Sarney e o PMDB não aceitam a recessão e o ajuste econômico não poderá ser feito de forma que a recessão se torne uma consequência do mesmo.

MARCOS HENRIQUE